

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA  
EDUCAÇÃO BÁSICA

Vanessa Guilherme Rodrigues

**Um novo olhar sobre o Atendimento Educacional Especializado:**

**Trocando ideias**

Belo Horizonte

2015

Vanessa Guilherme Rodrigues

**Um novo olhar sobre o Atendimento Educacional Especializado:**

**Trocando ideias**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Processos de Aprendizagem e Ensino para a Educação Básica, pelo Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Marlene Maria Machado da Silva

Belo Horizonte

2015

Vanessa Guilherme Rodrigues

**Um novo olhar sobre o Atendimento Educacional Especializado:**

**Trocando ideias**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Processos de Aprendizagem e Ensino para a Educação Básica, pelo Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Marlene Maria Machado da Silva

Aprovado em 9 de maio de 2015.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Marlene Machado – Faculdade de Educação da UFMG

---

Magda Helena Baubino Casarotti – Fundação Torino

## **Agradecimento**

A Marlene Machado, minha orientadora por tornar os encontros de ACPD um grande espaço de aprendizado e trocas.

Por dividir conosco suas experiências; por valorizar a nossa prática.

&

A minha família, por me apoiar e contribuir para a realização desta especialização.

Arthur meu filho, pela compreensão durante a minha ausência, e a Esther minha filha por me mostrar diariamente o significado de cada aprendizado.

Vocês tornaram possível!

## RESUMO

Esse trabalho teve como objetivo investigar as contribuições do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para o trabalho na Educação Infantil, a partir de questionamentos, dúvidas e dificuldades vivenciadas pelos professores da Educação Infantil para tornar efetiva a inclusão do aluno com deficiência. O ingresso do aluno com deficiência na escola regular traz inúmeras questões para o trabalho diário do professor, e pensar formas de garantir a sua permanência e acesso ao conhecimento se torna imprescindível, para que este aluno não seja segregado em sala de aula, e que seja sim incluído e possa usufruir de situações de aprendizagem. Para o embasamento teórico das análises realizadas foram estudados autores da área da Educação Inclusiva como Maria Teresa Eglér Mantoan, Enicéia Gonçalves Mendes, Caderno da PBH sobre o Atendimento Educacional Especializado, dentre outros. Esses autores foram suporte para compreender as temáticas abordadas como o que é educação inclusiva, histórico da Educação Inclusiva, O atendimento Educacional Especializado, a Formação do professor e a sua prática em sala de aula, as dificuldades dos docentes, dentre outros. Para realização de um plano de intervenção, foi necessário realizar uma pesquisa, nos moldes da pesquisa-ação. No que se refere à pesquisa, foram entregues Questionário para Educadores do Turno da tarde da escola (Dezenove). Esses profissionais foram questionados sobre o seu conhecimento acerca do trabalho desenvolvido pelo AEE e um sobre a sua prática relacionada a inclusão de alunos com deficiência. Através das análises realizadas sobre as respostas dos professores foi possível perceber as dificuldades/sentimentos, práticas e conhecimento sobre esse tipo de Atendimento (AEE). Como proposta de ação, foi realizada um encontro com as professoras e profissional do AEE, objetivando divulgar o trabalho desenvolvido pelo Atendimento Educacional Especializado, reflexão sobre a inclusão do aluno com deficiência e o fazer pedagógico. Para o início da reunião foi apresentado slides, sobre o projeto que estou desenvolvendo e com a tabulação das perguntas feitas no questionário. Depois disso apresentamos o trabalho que é desenvolvido pelo AEE e refletimos sobre a prática do professor frente a inclusão. Os resultados demonstraram que, os professores tem o comprometimento com uma prática que respeita as diferenças,

que pouco conheciam do trabalho desenvolvido pelo AEE e que consideram importante a atuação efetiva deste profissional na escola.

**Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado (AEE), Inclusão, Professor**

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução .....</b>	<b>08</b>
<b>2. Conhecendo um pouco da história da Inclusão Escolar .....</b>	<b>09</b>
<b>2.1 Normalização e integração escolar .....</b>	<b>10</b>
<b>2.2 Marcos Mundiais da Educação Inclusiva .....</b>	<b>12</b>
<b>2.3 Perspectivas da inclusão escolar na realidade brasileira .....</b>	<b>13</b>
<b>2.4 A inclusão na rede municipal de ensino de Belo Horizonte .....</b>	<b>14</b>
<b>2.5 O Atendimento Educacional Especializado na PBH .....</b>	<b>16</b>
<b>2.6 - As professoras da Educação Infantil frente a inclusão .....</b>	<b>17</b>
<b>3. Plano de Ação .....</b>	<b>20</b>
<b>3.1 O que os professores tem a dizer sobre o AEE e o sobre o trabalho que desenvolve com a criança com deficiência .....</b>	<b>21</b>
<b>3.2 Entrevista com a profissional do AEE .....</b>	<b>23</b>
<b>3.3 Análise dos dados .....</b>	<b>25</b>
<b>4. Conclusão .....</b>	<b>29</b>
<b>5 Referência Bibliográfica .....</b>	<b>31</b>
<b>6. Anexos .....</b>	<b>32</b>

## 1. INTRODUÇÃO

“Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo e nem ensino.” Paulo Freire

Diante das demandas educacionais com práticas voltadas para a inclusão de crianças com deficiência na escola regular, assegurando o seu acesso, permanência e recursos necessários para a sua aprendizagem proponho como projeto/ação/reflexão conhecer as práticas desenvolvidas pelos profissionais do Atendimento Educacional Especializado – AEE, no processo de inclusão na Educação Infantil; Identificar as dificuldades dos professores da EI para efetivação do processo de inclusão; Verificar os reflexos da orientação do AEE sobre o trabalho do professor e, ao final deste processo socializar junto aos profissionais da escola e AEE, os resultados das informações coletadas.

Trabalho em uma escola de Educação Infantil, situada na região Oeste de Belo Horizonte, Escola Municipal Maria Sales Ferreira, fundada em agosto de 1988. É uma escola antiga na rede e reconhecida por envolver os profissionais em uma prática pedagógica reflexiva, que assegura em suas ações os direitos das crianças, garantindo uma educação de qualidade. A trajetória de Educação Inclusiva, nesta escola, com ações significativas para com os alunos com deficiência, antecede a Declaração de Salamanca de 1994, que veio para assegurar “Regras Padrões sobre equalização de oportunidades para Pessoas com deficiência”. Como citado no caderno da Rede de Trocas – Inclusão Escolar da Prefeitura de Belo Horizonte, desde 1989 a escola recebia crianças com deficiência, por entender que inclusão social não ser um fator político e sim um direito; e “... devido ao princípio democrático que se pautava, estava implícito o direito de toda e qualquer criança ao acesso e permanência.” (Pg. 10). E ainda hoje, percebe-se grande envolvimento dos profissionais em buscar alternativas e caminhos para promover a inclusão destes alunos.

A criança com deficiência que está matriculada na rede de ensino pública tem direito a receber o Atendimento Educacional Especializado. Na escola alguns alunos participam do AEE. O profissional deste serviço tem contato com a professora da criança, coordenação e pais. Percebo que na escola somente aqueles professores que têm alunos com deficiência, que são atendidos, conhecem o trabalho desenvolvido pelo AEE. Nesta pesquisa proponho apresentar para todo o grupo de professores do turno da tarde desta escola o trabalho desenvolvido pelo AEE, desde a forma de ingresso, o seu desenvolvimento, ressaltando a sua importância para a garantia de uma prática inclusiva.

## **2. Conhecendo um pouco da história da Inclusão Escolar**

A história da Educação Inclusiva, foi um processo que ao longo dos séculos foi desenvolvendo gradativamente. No século XVI a educação era direito de poucos, a pessoa com deficiência era educada por seus pais. E ainda neste mesmo período criou-se asilos e manicômios que “acolham” os “anormais”, disseminando a crença de que neste local estariam protegidos e acolhidos, segregando-os da sociedade.

Em meados do século XIX, com início da escolarização obrigatória, surgiu às classes especiais nas escolas regulares. Nesta classe estavam os alunos com deficiência e outros considerados difíceis. Essa segregação ocorreu até aproximadamente a metade do século XX, com a justificativa que se ficassem em ambientes educacionais distintos estes alunos seriam melhores atendidos em suas necessidades. Tinha-se de um lado o sistema educacional geral, paralelo ao especial.

Com os movimentos sociais intensificados na década de 1960, os prejuízos desta segregação tornou-se uma prática intolerável. Buscava-se neste movimento a integração de todas as pessoas com deficiência para participar de programas e atividades cotidianas que eram acessíveis às demais crianças. Neste momento a

ciência, percebendo que era possível ensinar àqueles que antes estavam marginalizados e segregados devido a sua deficiência, passa a buscar formas e preocupação em saber o que, como e onde eles poderiam aprender. Diferentes grupo sociais como pais, portadores de deficiência e profissionais reforçaram o movimento de integração, na busca da garantia de direitos e evitar discriminações.

Outro movimento que ocorre nesta década, é o de origem econômica, visto que a segregação, trazia custos com estrutura escolar, profissionais qualificados para atender este público. Com a integração, eles compartilham dos mesmos serviços regulares oferecidos na comunidade. Enfim, em meados da década de 1970, com bases legais ficou instituído matrícula compulsória em escolas comuns e oferta de serviços educacionais, minimizando a segregação deste grupo. No contexto de crise econômica mundial, interesses de políticos, prestadores de serviços, pesquisadores, pais e portadores de deficiência nos serviços regulares da comunidade.

“ Esses interesses foram atendidos em diferentes países com o estabelecimento de bases legais que instituíram, gradualmente, a obrigatoriedade do poder público quanto à oferta de oportunidades educacionais para as pessoas com deficiência, a instituição de matrícula compulsória nas escolas comuns e de diretrizes para a colocação em serviços educacionais segundo o princípio de restrição ou segregação mínima possível. Assim, estavam estabelecidas as bases para o surgimento da filosofia da normalização e integração, que se tornou ideologia mundialmente dominante basicamente a partir da década de 1970.”  
Mendes, 2006. P. 389

## **2.1- Normalização e integração escolar**

Foi nos países escandinavos que teve origem o princípio da normalização.

“O princípio tinha como básico a ideia de que toda pessoa com deficiência teria o direito inalienável de experienciar um estilo ou padrão de vida que seria comum ou normal em sua cultura, e que a todos indistintamente deveriam ser fornecidas oportunidades iguais de participação em todas as

mesmas atividades partilhadas por grupos de idades equivalentes.”  
(Mendes, 2006, p. 389)

Um grande movimento aconteceu para que as pessoas com deficiência saísse das grandes instituições e fossem reinseridas na comunidade. Vários serviços entre 1960 e 1970 precisaram ser planejados para atender essa nova demanda.

Caminhando nesta proposta, em 1977, nos Estado Unidos uma lei pública, trouxe grande impacto na área da educação Especial, “...que assegurou educação pública apropriada para todas as crianças com deficiência, instituindo oficialmente, em âmbito nacional, o processo de *mainstreaming*.” Ocorreu a implantação gradual de serviços educacionais na comunidade e a institucionalização das pessoas com deficiência foi desestimulada. Este processo sofreu inúmeras críticas devido a incompreensão de que não se tratava de uma teoria científica, mas de um forte princípio filosófico de valor. Mas o termo normalização foi amplamente utilizado neste momento, embora Wolfensberger (1983) tenha sugerido a substituição do termo por “valorização do papel social”

“A normalização não era algo para ser feito para uma pessoa, no sentido de tentar normalizá-la, mas sim um princípio que fornecia critérios através dos quais os serviços poderiam ser planejado e avaliados” (Mc Cord, 1982. Apud Mendes, 2006. P. 390)

Então a partir da década de 70, as escolas comuns passaram a aceitar crianças ou adolescentes com deficiência em classes comuns, ou pelo menos em classes especiais, e sua difusão permaneceu na década de 80. Deno (1970), considerando a estrutura organizacional dos EUA, destacou os diferentes níveis de integração: 1) Classe comum com ou sem apoio; 2) classe comum associada a serviços suplementares; 3) classe especial em tempo parcial; 4) classe especial em tempo integral; 5) escolas especiais; 6) lares; 7) ambientes hospitalares ou instituições residenciais. Existia a possibilidade de mudança de nível, dependendo do progresso apresentado pelo aluno. A integração escolar era um processo flexível, onde os

meios mais adequados para a necessidade daquela criança/ adolescente eram considerados.

O termo integração deriva do latim *integrare*, do adjetivo *integer*, que significava intacto, não tocado. Mas outro sentido lhe foi atribuído originado da derivação das línguas modernas e passou-se então a significar *compor, fazer conjunto*. No processo de integração era previsto que o aluno transitasse entre os níveis, o nível mais adequado seria aquele que favorecesse o desenvolvimento do aluno, em determinado momento, em determinado contexto, o que raramente ocorria.

## **2.2 - Marcos Mundiais da Educação Inclusiva**

Em 1990, realizou-se a conferência Mundial sobre Educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, em Jomtiem, Tailândia, promovida pelo Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Participaram educadores de diversos países do mundo, sendo nessa ocasião aprovada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. (Mendes, 2006, p. 394)

As estatísticas do início da década de 90, nos países pobres e em desenvolvimento apontavam que 100 milhões de crianças e jovens, e 2% de uma população com deficiência, não tinham acesso à educação básica. Em 1994, foi realizada a conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, que produziu a declaração de Salamanca (Brasil, 1997), tido como importante marco mundial da Educação Inclusiva.

Passa a ser defendido o princípio da inclusão social, buscando equiparar oportunidades para todos, construção de uma sociedade democrática, e respeito às

diferenças. Então no fim do século XX, a inclusão se tornou efetiva em todas as Ciências Humanas. A inclusão escolar vislumbrava a necessidade de reformulação do currículo, formas de avaliação, formação dos professores e adoção de política educacional mais democrática.

### **2.3- Perspectivas da inclusão escolar na realidade Brasileira**

No Brasil, no século XIX já se percebia movimentos isoladas de educação para pessoas com deficiência, ocorria mais sistematicamente em instituições residenciais e hospitais, fora do sistema educacional. Em 1950, com a escassez de serviços e negligência do poder público, surgiu instituições filantrópicas para aqueles que estavam excluídos da escola comum. Alguns alunos com deficiências mais leves, apontam os estudos de Odeh, 2000 e Krause, 2002, que tiveram a oportunidade de acesso à escola comum, um fenômeno apontado pela literatura de integração espontânea ou não planejada.

Na década de 1970, o poder público teve maior atuação, tendo em vista a ampliação da escola para a população em geral, implantação de classe especial nas escolas básica públicas. No Brasil institucionalização da Educação Especial teve seu início, quando mundialmente se discutia a “normalização” e por cerca de trinta anos, atuou sobre o princípio da “Integração Escolar”, até meados de 1990, quando iniciou-se o discurso em defesa da “Educação Inclusiva”. (Mendes, 2006, p.397)

Uma análise da integração Escolar, permite perceber que o aluno com deficiência, passou a ser excluído, visto que quando estava na escola comum, estava inserido em uma classe especial, perpetuando a segregação e exclusão deste aluno. Percebe-se o pouco investimento do poder público, direcionando os familiares a buscar atendimento na rede privada, ou em instituições filantrópicas. Observou neste período um contingente inferior de matrículas na rede pública de ensino, se comparado as outras instituições. Segundo a autora:

Estima-se que existam no país cerca de seis milhões de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais, para uma contingente oficial de matrículas em torno de 500 mil alunos (Brasil, 2003), considerando o conjunto de matrículas em todos os tipos de recursos disponíveis (desde escolas especiais até escolas e classes comuns). Portanto, a grande maioria dos alunos com necessidades educacionais especiais encontra-se fora de qualquer tipo de escola, o que configura muito mais uma exclusão generalizada de escola, a despeito da anterior retórica da integração e/ou da recente proposta de inclusão escolar. (Mendes, 2006, p.397 )

Na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96, estabelece a Educação como direito de todos e que as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter atendimento “preferencialmente na rede regular de ensino”, garantindo Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência.

Observa-se hoje, um crescente de matrículas de alunos com deficiência na rede pública de ensino, mas em contrapartida percebe-se também que a garantia não deve ser somente do acesso, mas da permanência e o sucesso destes alunos, matriculados em classes comuns. A inclusão escolar deve ser avaliada, refletida com todos os envolvidos. É visível que os investimentos se fazem necessários. Buscar formas para que ela se torne efetiva, necessita de investimentos públicos, tais como formação de professores, recursos de acessibilidade, pesquisas para avaliar o contínuo da inclusão escolar, dentre outros aspectos.

#### **2.4 - A inclusão na rede municipal de ensino de Belo Horizonte**

A partir de 1995 as comunidades de Belo Horizonte começaram a demandar mais intensamente a escolarização de seus filhos com deficiência, síndromes e condutas típicas nas escolas comuns, próximas de sua moradia. Diminuindo a procura pela escolarização segregada nas instituições de ensino especial. (Dayrell, 1996 p.9)

A proposta educacional para a inclusão escolar traz os educando para o centro das propostas curriculares e da organização do trabalho escolar. O conhecimento universal, tradicional antes valorizado, dá lugar a valorização da pluralidade das dimensões da formação humana, á reorganização dos tempos das aquisições de conhecimento e ao reconhecimento e valorização das diferenças e diferentes formas de aprendizagem. A escola plural, em Belo Horizonte, redimensiona o papel da formação escolar dos educandos.

O trabalho pedagógico com estas crianças está sendo construído com formação, a partir de cada criança, com enormes desafios, mas todos no terreno da possibilidade. Isto porque, esta escola que reconhece os processos formadores de identidade, auto-imagem e preparação para a vida é uma escola que não se encontra previamente pronta para seus alunos, mas é capaz de, no convívio, ver a criança, a despeito da deficiência ou síndrome. (Dayrell, 1996, p.09)

Para atender esta demanda crescente a rede municipal desenvolveu estratégias para a inclusão escolar das pessoas com deficiência, síndromes, condutas típicas e altas habilidades/superdotação, criando equipes de apoio: Núcleo De Inclusão Escolar da Pessoa com deficiência; Equipe de apoio à Inclusão das pessoas com deficiência, condutas típicas e altas habilidades; Frentes de trabalho Permanente do Núcleo de Inclusão Escolar das Pessoas com deficiência; GCCAP (Centro de apoio pedagógico para atendimentos às pessoas com deficiência visual); Projeto de alfabetização e letramento de alunos cegos; Projeto de turmas com alunos surdos nas escolas da RME; NAAH/S ( Núcleo de atividades de Altas Habilidades e superdotação/ parceria com o MEC).

## **2.5 O Atendimento Educacional Especializado na PBH**

Foi a partir de 1982, que a Secretaria Municipal de Belo Horizonte, implantou salas de recursos nas regionais onde não havia escolas especiais. A implantação dessas salas se deu baseada na lei municipal 3908/84, que prevê educação complementar, fora do horário de aula, para educandos com deficiência auditiva, visual e física que

apresentem necessidades educacionais especiais. (Caderno da escola Plural, 2000, p. 20)

Na prefeitura de Belo Horizonte, a função da equipe de AEE é proporcionar acessibilidade ao currículo e à participação na escola. O público alvo são estudantes com deficiência física, visual, intelectual, auditiva, Transtorno Global do Desenvolvimento/ TGD, e/ou Altas Habilidades, quando necessitarem de recursos de acessibilidade. Como cita o caderno de Inclusão Escolar da PBH, são atribuições da equipe de AEE,

1.Avaliar/Identificar problemas de acessibilidade ao currículo do estudante indicado/encaminhado para o atendimento pela equipe de apoio/escola. 2. Oferecer o AEE aos estudantes que dele necessitem. 3.Orientar a escola, família e Equipe de apoio a Inclusão para a realização plena dos recursos/tecnologias assistivas pelo estudante, na escola e demais ambientes frequentados pela família. (2011, p. 13)

O encaminhamento do aluno ao AEE é feito quando solicitado pela equipe de apoio a inclusão, observando se os aspectos acima citados. As famílias destes alunos são convidadas a um encontro com o profissional da equipe do AEE, que explica sobre a função que exercerá junto ao aluno. A família pode aderir ou não, mas é salientado, a importância do acompanhamento, com reflexos que contribuem diretamente para o melhor acesso e participação deste aluno.

Feita a adesão desta família, uma conversa inicial é realizada com professores/direção, além de uma observação do aluno. É necessário a elaboração de um plano individual de ação. Em seguida, organiza-se com a família uma agenda de atendimento, com duração de 1 hora por semana. Está proposta prevê também, agenda sistemática com a escola e Equipe de apoio para repasse do desenvolvimento do AEE e de orientações para uso dos recursos de acessibilidade no cotidiano escolar. Assim como, retorno à família sobre avanços e orientações quanto ao uso de estratégias e recursos de acessibilidade no cotidiano familiar.

Na prefeitura de Belo Horizonte não há a distinção de público a ser atendido, seja ela da educação Infantil ou ensino fundamental, mas na prática percebe-se que este atendimento é garantido na maior escala no Ensino Fundamental, onde as demandas para o trabalho com este aluno, são necessárias e solicitadas por professores e pais.

## **2.6 - As professoras da Educação Infantil frente à inclusão**

...esses investimentos físicos precisam estar combinados com os investimentos do corpo humano, que irá dar vida a tudo isso (Almeida, 2011).

A Educação Inclusiva em nossa sociedade vem ganhando cada vez mais espaço e ampliando discussões. Mas o que percebemos hoje em nossa realidade? Em nossa prática?

Os professores ao receber a lista de alunos no início do ano e quando depara com o nome de um aluno, logo em seguida a informação “Deficiente”, reflete sobre muitas questões, geralmente se perguntam: \_ Estou realmente preparado para lidar com a inclusão? O que posso oferecer a este aluno? Como iniciar uma trabalho? Dentre outras questões e dúvidas.

Em conversa informal realizada com as professoras destes alunos, foi possível perceber essa expectativa, dúvida e preocupação sobre o como fazer.

A educação escolar tem por objetivo promover o desenvolvimento de certas capacidades e apropriação de elementos da cultura, necessários para que os alunos

atuem ativamente no meio socio-cultural de referência. A escola tem o difícil objetivo de oferecer uma resposta educativa, compreensiva e diversificada, evitando discriminação e desigualdade de oportunidades.

No currículo escolar expressa-se necessidades educativas comuns por todos os alunos. Mas as aprendizagens estabelecidas neles não são as mesmas para todos os alunos, eles apresentam ritmos, experiências, capacidades, interesses e motivações específicas para o seu processo de aprendizagem.

O conceito de diversidade nos remete ao fato de que os alunos têm necessidades educativas individuais próprias e específicas. Uma dificuldade educativa individual não significa dizer que é também especial. Necessidade educativa especial diz respeito a àquelas em que os alunos apresentam dificuldades de aprendizagem e/ou defasagem em relação ao currículo relacionado a sua idade, onde se faz necessário modificações que favoreçam o progresso desse aluno, tendo na organização da escola, como na adaptação do currículo e os meios de acesso a ele.

Responder a diversidade significa romper com o esquema tradicional em que todas as crianças fazem a mesma coisa, na mesma hora, da mesma forma e com os mesmos materiais. A questão central é como organizar as situações de ensino de forma que seja possível personalizar as experiências de aprendizagem comuns, isto é, como conseguir o maior grau de interação e de participação de todos os alunos, sem perder de vista as necessidades concretas de cada um. (Coll, Marchesi, Palacios e Cols, 2004, p. 294)

Nesse contexto cabe ao professor conhecer a possibilidades de aprendizagem dos alunos, e os fatores que favorecem as necessidades específicas de cada um. Interagir, comunicar, observar intensamente este aluno, para propor e intervir no processo de aprendizagem, não se esgota num encontro inicial, é um processo contínuo. Durante esse processo contínuo é possível observar de como avançam e ir proporcionando as ajudas que forem necessárias.

“ Não há como mudar práticas de professores sem que os mesmos tenham consciência de suas razões e benefícios, tanto para os alunos, para a escola e para o sistema de ensino quanto para seu desenvolvimento profissional.” Pietro, 2006, p.59

Na LDB 96 são previstos “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (art.58, III). Diante da expansão do acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais as classes comuns, a formação continuada do professor, é imprescindível para a qualidade do sistema de ensino.

Assim, os professores devem ser capazes de analisar os domínios de conhecimentos atuais dos alunos, as diferentes necessidades demandadas nos seus processos de aprendizagem, bem como, com base pelo menos nessa duas referências, elaborar atividade, criar ou adaptar materiais, além de prever formas de avaliar os alunos para que as informações sirvam para retroalimentar seu planejamento e aprimorar o atendimento aos alunos. Pietro, p.58, 2006

### **3. Plano de Ação**

Este questionário foi realizado com professoras da Escola Municipal Maria Sales Ferreira, turno da tarde. Nessa entrevista buscou-se informações acerca do conhecimento que os professores desse grupo tem sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e saber dos recursos, estratégias de trabalho e sentimentos dos professores frente a inclusão dos alunos com deficiência. Dos questionários entregues neste grupo composto de 19 professoras, 08 foram devolvidos a identificação não foi solicitada, pois não se aplica ao que está sendo proposto.

Quando me propus analisar o Atendimento Educacional especializado na Educação Infantil, tinha uma visão, uma análise pessoal do atendimento que vinha sendo realizado na escola nos anos anteriores. Durante o processo de escrita do TCC – Trabalho de conclusão de curso, vivi momentos de dúvidas e angústias, sem saber

se estava conduzindo o meu trabalho da melhor forma. Ao longo da minha pesquisa, o foco foi se diversificando. Inicialmente, tinha um propósito de trabalhar somente com as professoras dos alunos que eram atendidas pelo AEE. Mas devido ao interesse de algumas colegas de trabalho pelo que estava sendo investigado e ao perceber que o AEE para parte daquele grupo era algo desconhecido, ampliei esse questionário, as professoras da tarde, desta escola, independentemente, se tinham ou não alunos com deficiência atendidos pelo AEE. Ao ampliar o público, outras questões se tornaram evidentes. Foi possível constatar que os professores tinham interesse em conhecer o trabalho desenvolvido pelo AEE, pois algumas delas só sabiam da existência dele para alunos do Ensino Fundamental.

Após recolher os questionários foi realizada a tabulação dos dados. Os dados coletados na aplicação do questionário foram apresentados para a professora do AEE que acompanha atualmente Três crianças da nossa escola. A apresentação destes dados fez parte de um processo de explicitar para a professora do AEE o que os professores sabem e o que esperam sobre o trabalho desenvolvido pelo AEE e também retratar um pouco das práticas e sentimentos das professoras frente a inclusão da criança com deficiência.

Após a apresentação dos dados, a professora do AEE foi entrevistada por mim. Na entrevista quis saber sobre o trabalho que é desenvolvido pelo AEE e de como o Atendimento Educacional Especializado contribui com o trabalho do professor. A partir das informações coletadas, foi elaborado um power point, explicando do trabalho que estava realizando, das informações que foram coletadas e sobre o que foi possível perceber o trabalho desenvolvido pelo AEE, para ser apresentado para as professoras da escola.

No horário de ACEPATE dos professores deste turno, fizemos eu e professora do AEE, uma apresentação, dizendo sobre o trabalho que é desenvolvido no AEE, sendo que muitas ainda não o conheciam, ou tinham pouca informação a respeito.

Os professores mostraram-se atenciosos, e dialogaram conosco sobre as suas preocupações e dificuldades em relação ao trabalho pedagógico. Foi um momento de troca e nós tivemos oportunidade de dizer também sobre algumas percepções que tivemos do retorno do questionário.

Ao término dos encontros com os pequenos agrupamentos, algumas propostas surgiram, como por exemplo, dar visibilidade dessa discussão a todos os funcionários da escola. Neste processo os professores que contribuíram com a pesquisa, demonstraram satisfação por ver o reconhecimento de sua participação, os que não participaram do questionário, dedicaram-se a essa discussão contribuindo neste momento de retorno/ reflexão com o grupo

### **3.1 - O que os professores tem a dizer sobre o AEE e o sobre o trabalho que desenvolve com a criança com deficiência**

No questionário entregue as professoras, as questões abordam o conhecimento dos professores sobre o AEE e sua expectativa em relação a ele e também sobre como o professor trabalha com a inclusão do aluno com deficiência. Considero importante conhecermos os serviços de apoio à prática pedagógica, mas também como o professor lida com a inclusão do aluno com deficiência em seu cotidiano.

Os professores da Escola Municipal Maria Sales Ferreira, ao serem questionadas sobre o conhecimento do trabalho desenvolvido pelo AEE, demonstraram não conhecer ou só o conheciam superficialmente. Às professoras que conheciam foram aquelas que já tiveram seus alunos neste atendimento, ou que já conheciam deste atendimento no Ensino Fundamental.

Na segunda pergunta diz sobre a expectativa de trabalho desse professor ao receber uma criança com deficiência, neste sentido muitos relatam os sentimentos que sobressaem apreensão, ansiedade e despreparo, mas em contrapartida, começam também a buscar informações, para saber como conduzir o trabalho.

Sobre a expectativa e o que esperar do trabalho desenvolvido pelo AEE, os professores sentem-se seguros ao saber que tem esse suporte, acreditam numa parceria válida e necessária para a efetiva inclusão. Algumas no encontro relataram que algumas orientações que receberam em anos anteriores foram válidas e acrescentaram muito a sua prática. Outro relato de professores que já foram acompanhadas em anos anteriores e que percebem, que a comunicação escola X AEE precisa ser mais eficientes, os encontros são esporádicos e muitas vezes a devolução para a escola é tardia.

Sobre a parceria do professor e professor do AEE , Mantoan (2006, p.99), considera que:

Essa relação de respeito mútuo às tarefas específicas de cada um não descarta uma estreita aproximação entre os professores comuns e especializados, que devem se propor a atender os alunos que lhe são comuns, integrando suas ações, trocando informações, impressões, discutindo seus procedimentos pedagógicos, os pontos críticos e os progressos desses educandos, sempre que for preciso.

Neste percurso de inclusão da criança com deficiência na escola de Educação Infantil, quando perguntado sobre as estratégias que utiliza e das dificuldades que encontra, elas apontam que as atividades que ele propõe são músicas, histórias, jogos e brincadeiras. Durante o encontro mostramos a importância dessa ação de proporcionar a criança com deficiência participar dessas atividades, que são as mesmas que são propostas para todos os alunos e atende a necessidades individuais e respeita os limites de participação de cada um.

Na conversa ressaltamos que o trabalho do AEE é tornar acessível o currículo a criança com deficiência, e o professor em seu trabalho quando busca formas de garantir a participação destes alunos nas atividades propostas, ele também lança mão de conhecimentos pedagógicos que viabilizam a inclusão. Perceber a dimensão da importância do seu ato de planejar, adaptar e possibilitar a participação do aluno é fundamental para a efetiva inclusão. E foi possível no momento de diálogo, mostrar aos professores que suas ações no cotidiano da sala de aula, demonstram que tem sim conhecimento do que realizar com esse aluno, principalmente, porque tem em mãos um dos elementos principais para uma boa conduta pedagógica: A observação.

Em relação às dificuldades encontradas, muitas envolvem a comunicação com a criança e/ou família, falta de um tempo maior para atendimentos mais individualizado para esse aluno, e orientação pedagógica.

### **3.2 - Entrevista com a profissional do AEE**

O questionário acima foi apresentado para a professora do AEE, que acompanha alguns alunos da escola. Foi um encontro agradável onde refletimos sobre a inclusão do aluno com deficiência na EI, sobre as expectativas/ anseios e formação deste professor, sobre o trabalho realizado no AEE.

Em entrevista com a professora solicitei que falasse um pouco do trabalho desenvolvido e pelo AEE e o seu trabalho com o professor.

Entrevistador: Qual é o trabalho desenvolvido pelo AEE?

Professora do AEE - De modo geral, AEE é recurso de acessibilidade, então a primeira questão é o AEE/ recurso de acessibilidade, é a ligação direta, quando a gente fala de recurso de acessibilidade a gente tá dizendo de todo tipo de recurso, a gente não tá dizendo de uma tecnologia avançada não, normalmente quando a gente fala de recurso de acessibilidade, a gente fala de recurso de tecnologia, e aí para as pessoas de modo geral elas sempre pensam em alguma coisa avançada e o recurso de tecnologia, ele tanto pode ser uma letra móvel que é uma coisa comum dentro da escola, dentro da sala de aula, como ele pode ser, realmente algum recurso mais avançado, um leitor de voz, um comando de computador acionado pelo olhar, então assim, é uma gama variada, mas ele também não substitui aquilo que a gente constrói na própria escola mesmo, que é o que a gente está acostumado a fazer, então assim, se existe uma palavra que a gente pode substituir AEE é recurso de tecnologia, recurso acessível. Então o objetivo do AEE é fazer que as crianças acessem o currículo escolar e aí currículo escolar a gente não tá só dizendo de conteúdo a gente tá dizendo de tudo que é desenvolvido dentro da escola, de todas as práticas que acontecem dentro da escola. Para uma pessoa, uma criança com deficiência física precisa acessar os espaços da escola, então essa escola tem que ser acessível para ela nesse sentido, a gente vai e observa se esse espaço está sendo acessível, se essa criança consegue participar de todas as atividades desenvolvidas e a partir daí que a gente começa a fazer indicação do que pode ser feito, do que pode ser utilizado, com o olhar diferenciado e pensando em cada criança. Em primeiro lugar não é a deficiência da criança que aparece para a gente, o que aparece para a gente é o sujeito por trás da deficiência né, porque mesmo que ela tenha o mesmo diagnóstico de deficiência, ela teve oportunidades diferentes, ela teve um desenvolvimento diferente, ela tem potencial e possibilidades diferentes.

- Sobre o trabalho do AEE qual é a proposta dele de intervenção no trabalho do professor?

Professora do AEE – Bom, na verdade, eu sempre digo que não é uma proposta de intervenção no trabalho do professor, é uma proposta de intervenção com o professor, que é o que eu te falei, é a questão do trabalho na parceria, porque o

professor tá lá com este aluno, durante quatro horas, e estou no contra turno com este menino num tempo menor, num período menor e estou ocasionalmente com esse professor na escola, né, dentro da sala de aula, então assim, é o professor que alimenta o meu trabalho e eu alimento o trabalho do professor e então a gente vira um ciclo, e aí eu acho que a coisa caminha por causa disso, então assim a idéia é que a gente estabeleça uma relação de parceria mesmo e muitas vezes quando o professor fala que trabalho é no ensaio e erro, ele é no ensaio e erro mesmo, por que eu também não tenho respostas prontas, né a gente vai construir, muita coisa do que a gente faz dentro da sala de aula a gente imagina que vai funcionar, mas eu não tenho essa certeza, isso para mim também não é 100% de verdade, a gente experimenta algumas coisas, pela experiência a gente sabe que vai funcionar e que vai dar certo, mas algumas coisas também não vão funcionar e elas não tem que ter obrigatoriedade de funcionar não, então acho que assim, o que é fundamental para essa, para estabelecer essa relação com o professor, é o professor acreditar que é parceria, eu não sei mais, não sei menos do que ele, talvez eu saiba algumas coisas diferentes, mas ele também tem o saber da sala de aula junto com aquele menino então a gente tem vai somar esforços para o desenvolvimento dessa criança.

#### **3.4 - Análise dos dados**

Houve um grande espaço de diálogo próximo e produtivo com os professores. Percebi naquele momento e diante daquele grupo a importância e a demanda deste grupo em conhecer também o trabalho desenvolvido pelo AEE. Inicialmente tinha estabelecido com a professora responsável pelo AEE, uma proposta de ação que fosse além deste trabalho, que seria implementada o longo do ano na escola, mas o grupo, também contribuiu com suas propostas, que consideramos todas de relevada importância.

Sobre os resultados da ação deste trabalho em parceria com o AEE, foram levantadas as seguintes propostas:

- Que a parceria escola e AEE se torne mais efetiva, sendo que o retorno e orientação para o professor ocorresse em tempo hábil. Neste ano o retorno dos atendimentos realizados e orientações para pais e professores estão acontecendo no primeiro semestre letivo;
  
- Que os professores que têm alunos que participam desse atendimento possam visitar e conhecer a sala de recursos do AEE;
  
- Que esse trabalho seja apresentado e discutido com todos os profissionais da escola, visto que a inclusão de alunos com deficiência, é um tema de interesse de todos. A coordenação da tarde desta escola, juntamente com a professora do AEE, se mostraram abertos e disponíveis para viabilizar este encontro.
  
- Exposição em abril, do trabalho desenvolvido pelo AEE, com a presença da professora responsável pelo AEE e com apresentação de alguns recursos que utiliza para os atendimentos que realiza.
  
- Durante a conversa foi possível mostrar quanto conhecimento e capacidade o professor têm, para incluir o aluno com deficiência nas atividades propostas, e que está prática acontece na escola (Figura 3), sem que muitas vezes o professor atribua o reconhecimento necessário a sua prática.



Figura 1 - Placa sinalizadora convidando a comunidade escolar para visitar a exposição do AEE

Fonte: Arquivo da Escola Municipal Maria Sales Ferreira



Figura 2 Recursos de acessibilidade

Fonte: Arquivo da Escola Municipal Maria Sales Ferreira



#### **4. Conclusão**

Durante a execução do plano de ação foi possível perceber que as questões relacionadas à inclusão dos alunos com deficiência traz a tona, vários aspectos a serem discutidos e analisados. Percebe-se que é necessário compreender a diversidade presente na sala de aula e trabalhar a partir dela para promover situações de aprendizagem.

O ponto de partida inicial para compreender como o AEE acontecia na Educação Infantil, levou-me a observar outras questões que estão ocultas e que não vistas pela escola, pelos professores, e que só foi possível perceber ao conhecer o profissional que nele trabalha, o espaço (sala de recurso) que ele ocupa, as questões de verba para qualificação material deste atendimento. São situações que o professor que trabalha no AEE, depara no seu dia-a-dia. Assim, como, nós, na escola sempre percebemos e queixamos de ter nossos limites atrelados a uma esfera que não é de nosso alcance.

O atendimento educacional especializado é um direito do aluno com deficiência inserido na rede regular de ensino, mas alguns pontos que precisam ser revistos são: Quantidade de salas de recursos existentes na rede para a garantia deste atendimento; O número de profissionais que podem realizar esse atendimento insuficiente, não prevê o crescimento da demanda, nem adoecimento deste profissional; e oferta deste atendimento para todos os alunos que dele necessitarem, pois o processo de seleção de quem necessita ou não, já é em si excludente. É preciso tornar acessível o AEE para todos os alunos que dele necessitarem.

Durante a pesquisa desenvolvida ficou evidente que uma das principais funções do AEE, é tornar o currículo acessível para o aluno com deficiência. Mas considero

importante também o papel que o professor de AEE exerce junto às famílias e aos professores. Pais e professores, buscam alternativas, formas de realizar, mas necessitam do olhar e orientação de quem lida diariamente com as questões que envolvem o acesso curricular, que muitas vezes podem ser adaptações simples e em outros casos, adaptações que requer o uso de altas tecnologias. Para o professor é um suporte valioso este profissional com quem é possível trocar idéias, percepções, e traçar objetivos em comuns para auxiliar o desenvolvimento deste aluno.

Então nesse processo de ação com professores/ reflexão com professora do AEE/ ação com o grupo de professores e AEE, foi possível perceber que a proposta de ação extrapolou aquilo o que foi inicialmente apresentado, refletiu as ações, os anseios de um grupo comprometido em tornar a inclusão de alunos com deficiência efetiva e significativa em nossa escola. Vimos o interesse e a importância que os professores da nossa escola atribuem ao profissional que trabalha no AEE, e este professor também percebeu neste grupo, uma grande disponibilidade para troca de conhecimentos e experiência, os vínculos estreitaram-se.

## **5. Referência Bibliográfica**

**Almeida, Geraldo Peçanha. Minha escola recebeu alunos para inclusão. Que faço agora? . Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011. (declaração de salamanca e resolução cne/ ceb nº 2, de 11 de setembro de 2001)**

**César Coll, Álvaro Marchesi e Jesús Palacios; trad. Fátima Murad. Desenvolvimento psicológico e educação – 2. Ed. Porto Alegre: artmed, 2004**

**Mantoan, Maria Tereza Eglér. Inclusão escolar: pontos e contrapontos/ Maria Tereza Eglér Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto: Valéria Amorim Arantes, Organizadora. – São Paulo: Sumus, 2006. – (pontos e contrapontos)**

**Mendes. Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação v.11 nº 33 set/dez. 2006 pag. 387-559**

**A rede constrói possibilidades. Rede trocas – Inclusão Escolar**

**Revista Política Educacional Inclusão Escolar das Pessoas com deficiência Princípios e orientações. Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, 2007**

**Secretaria Municipal de Educação. Inclusão escolar dos alunos com deficiência, Condutas típicas, transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades. PBH. Belo Horizonte, 2011**

## **6. Anexos**

### QUESTIONÁRIO ENTREGUE AS PROFESSORAS SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

- 1 - Conhece o trabalho desenvolvido pelo AEE?
- 2 - Quando soube que teria em sua sala um aluno com deficiência, qual a sua expectativa em relação ao trabalho a ser desenvolvido?
- 3 - Em relação ao trabalho desenvolvido pelo AEE, qual é a sua expectativa? O que espera?
- 4 - Quais as maiores dificuldades que você tem com o aluno com deficiência? Quais instrumentos/ estratégias que utiliza na sua prática?